

Memorando de Atividades 2018

Apresentação

A Unidade de Formação Jurídica e Judiciária (UNIFOJ) foi criada em 2012, integrada no Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). É vocacionada para a formação profissional avançada nas áreas da justiça e do direito, bem como em outros setores do Estado e da sociedade, no espaço nacional e internacional.

Em 2014, foi criada a e-UNIFOJ, para desenvolvimento de formação a distância, proporcionando uma metodologia de formação dinâmica e inovadora, adequada às novas possibilidades tecnológicas e a novos processos de acesso à informação, aumentando o espaço e

o tempo formativo. A e-UNIFOJ torna a formação acessível a quem não tem disponibilidade para frequentar cursos presenciais e a quem se encontra geograficamente distante dos habituais locais de formação, quer no território nacional, quer em outros países, nomeadamente no espaço da CPLP.

A formação UNIFOJ é certificada ao abrigo do Decreto-Lei nº396/2007, de 31 de dezembro, do Decreto-Lei nº 125/99, de 22 de abril e dos Estatutos do CES.

Objetivos

A formação UNIFOJ é orientada por dois principais objetivos estratégicos: desenvolvimento de uma adequada formação profissional que contribua de forma relevante para a qualificação das competências técnicas dos formandos e para o desenvolvimento de boas práticas em diversos domínios do direito e da justiça; promoção do debate alargado no âmbito da administração da justiça e do direito em sociedade.

De acordo com esses objetivos, procura-se desenvolver uma formação de qualidade,

através da conjugação dos seguintes fatores: um quadro de formadores de reconhecido mérito intelectual, profissional e científico, selecionado com critérios rigorosos; diversidade de metodologias de formação e preocupação com as práticas pedagógicas inerentes; planos de formação criteriosamente elaborados de acordo com as necessidades dos atores judiciais e as transformações do direito e das sociedades; um secretariado técnico presente em todas as fases das formações.

Metodologia

A oferta formativa UNIFOJ compreende duas propostas pedagógicas: formação presencial e formação a distância. A formação presencial decorre numa interação direta e imediata entre formadores e formandos, em diversos locais de Portugal e noutros países. A formação a distância comporta as modalidades de e-learning e b-learning. Esta formação é dirigida a todo o espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, possibilitando a frequência de cursos, independentemente do espaço em

que se encontram os formandos e de acordo com a sua disponibilidade de tempo. A formação b-learning combina as componentes presencial e a distância.

Em ambas as metodologias, presencial e a distância, os cursos de formação UNIFOJ procuram concretizar uma abordagem teórico-prática dos temas, ao cruzar metodologias expositivas com uma aprendizagem dinâmica e interativa.

Atividades de Formação

Ao longo da sua atividade, a UNIFOJ tem intensificado o volume de formações, reflexo simultâneo da diversificação das modalidades de formação, da ampliação da oferta de temas, bem como do alargamento do espaço formativo a todo o território nacional e aos países de língua oficial portuguesa.

As formações desenvolvem-se através dos seguintes modelos:

- **Seminário** - formação que acentua a dimensão de debate, com o envolvimento em cada sessão de mais de que um formador;
- **Ciclo de conferências** – conjunto de conferências com uma organicidade e periodicidade determinada e unidas por um tema;
- **Curso de formação** - formação com programa próprio distribuído por várias sessões, a cargo de diferentes formadores, que pode variar entre 7 horas e 28 horas, destinada a grupos profissionais específicos e ou aberta a profissionais em geral;

- **Curso de especialização** – formação que decorre durante vários meses e que visa a aquisição de conhecimentos científicos e competências profissionais em domínios específicos e ou a qualificação para o exercício de cargos, funções ou atividades especializadas;

- **Ensino a distância** – formação integralmente a distância, com recurso à plataforma Moodle, com cursos compostos por módulos sucessivos, tendo os/as formandos/as um papel ativo e autónomo na sua aprendizagem.

- **Curso de verão** - formação para divulgação de conhecimento de excelência em áreas específicas e orientada para um público internacional;

- **Ciclo de formação** - conjunto de formações com uma organicidade e periodicidade determinada e unidas por um tema específico a cargo de um coordenador, distribuídas por vários módulos autónomos com diferentes formadores/as, com duração variável.

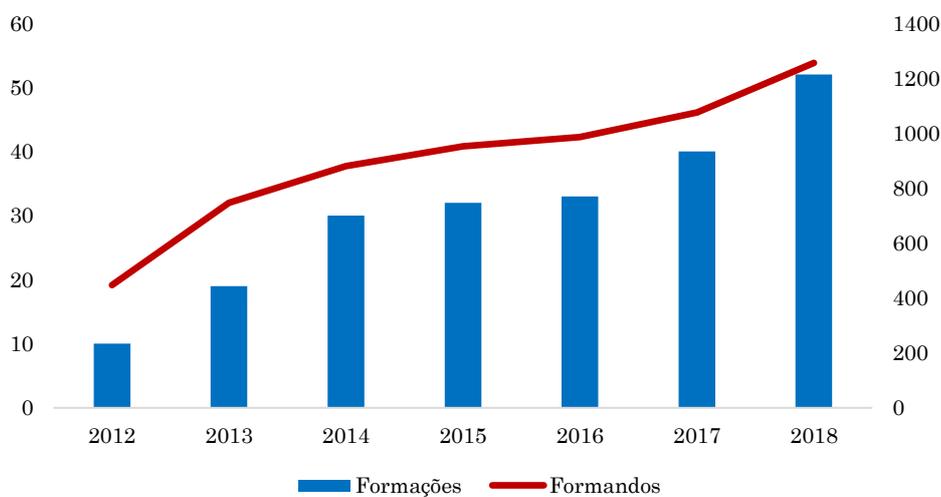
Nos sete anos de atividade a UNIFOJ realizou 216 formações, sendo 164 presenciais, 52 a distância, dos quais três em b-learning. Em 2018, o crescimento em relação ao ano anterior foi de 42%.

No total do período, as formações UNIFOJ contaram com 6342 participantes. Se em 2012

o número de inscritos foi de 447, em 2018 esse valor subiu para 1256.

Os formandos inscreveram-se maioritariamente em cursos de formação presencial. Entre 2012-2018, 84,7% frequentaram cursos presenciais e os restantes 15,3% a distância.

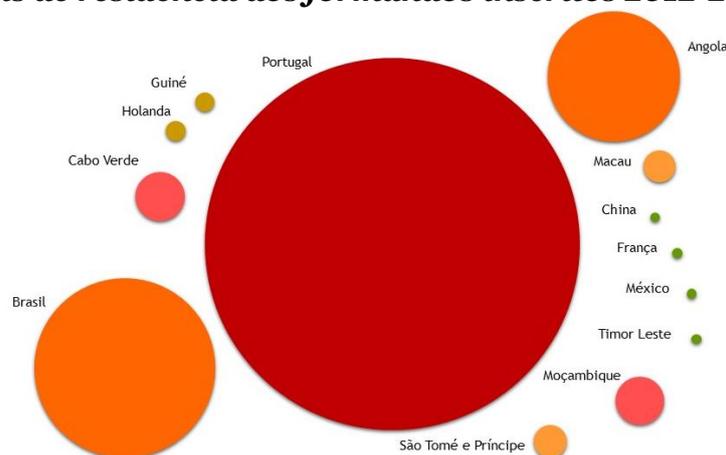
Formações e formandos 2012-2018



Maioritariamente os formandos são advogados. Seguem-se magistrados, técnicos superiores e notários. Outros profissionais forenses, como solicitadores, funcionários judiciais, administradores judiciais e membros de órgãos de polícia criminal, têm frequentado várias ações de formação. Também profissionais de

outras áreas, como médicos, enfermeiros, jornalistas, assistentes sociais, informáticos, bancários, gestores, professores, psicólogos, sociólogos, antropólogos, investigadores e estudantes de mestrado e doutoramento, frequentam as formações UNIFOJ.

País de residência dos formandos inscritos 2012-2018

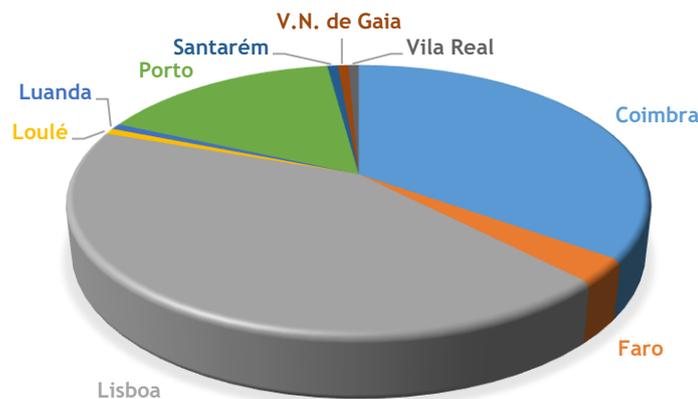


Os formandos são predominantemente originários de Portugal, como é expectável, tendo em consideração que 76% das formações são presenciais, realizadas em território português. Seguem-se participantes do Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Macau, Guiné e Timor-Leste. A presença de formandos originários destes países é induzida por fatores como a língua e a matriz dos sistemas jurídicos e judiciais, bem como o intenso relacionamento social e político entre esta comunidade de países. Os restantes

países, com uma representatividade mitigada, são a China, França, Holanda e México.

A escolha dos locais para a realização de formações resulta, em geral, das necessidades formativas manifestadas, bem como de outros fatores, designadamente das condições logísticas. Em algumas circunstâncias, a determinação dos locais de formação resulta de parcerias com outras entidades. A maioria das ações de formação presencial realizou-se em Lisboa e Coimbra, cidades onde o CES possui instalações, e no Porto.

Locais de formações presenciais 2012-2018



Formadores

A preocupação com a qualidade da formação determina que se dê especial atenção ao corpo de formadores, procurando-se sempre profissionais de reconhecido mérito intelectual, profissional e científico.

As ações de formação são ministradas por formadores com perfil académico (professores universitários e investigadores), profissionais do foro (magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados e funcionários judiciais) e outros profissionais detentores de

conhecimento específico e relevante no âmbito dos temas formativos. Apesar da formação académica de base da maioria dos formadores ser Direito, têm participado em atividades formativas formadores de outras áreas do saber, o que evidencia a atenção da formação à multidisciplinariedade. A presença de formadores de profissões não jurídicas, como economistas, médicos, jornalistas, administradores, técnicos superiores, entre outras, acentua a perspetiva formativa do direito como fenómeno social.

Temas da formação

Os programas de formação, concebidos como espaços de formação avançada, procuram explorar diferentes campos temáticos que desafiam as ciências jurídicas, a cultura judiciária e o desempenho funcional do sistema de justiça, globalmente considerado, privilegiando uma visão integrada do exercício profissional no âmbito de um sistema complexo e multidisciplinar.

A seleção dos temas que integram o programa de formação de cada ano tem em conta as necessidades formativas manifestadas pelos formadores, pelos formandos e a atualidade.

Além das sugestões que se procuram recolher em cada ação de formação, no final do ano é lançado um inquérito *online* que visa obter sugestões, designadamente de temas ou de parcerias, com vista à preparação do programa do ano seguinte.

A coordenação da UNIFOJ dá igualmente especial relevância aos temas relacionados com as recentes reformas do direito e da justiça, bem como àquelas mais associadas à efetivação dos direitos humanos e fundamentais, como decorre da informação seguinte.

Formação presencial

Direito Administrativo e Fiscal

- A Nova Intervenção da Justiça Administrativa
- As Contraordenações: Aspectos Substanciais e Processuais dos Regimes Geral, Laboral e da Segurança Social
- As Contraordenações: Aspectos Substanciais e Processuais dos Regimes Geral, Administrativo e Fiscal, e Rodoviário
- Contratação Pública. Questões Práticas
- Justiça Fiscal
- Regulação e Contraordenações

Direito Civil

- A Compra e Venda – Questões Práticas e Jurisprudenciais
- A Empreitada – Questões Práticas e Jurisprudenciais
- Alterações ao Código de Processo Civil
- Arrendamento Urbano
- As Providências Cautelares no Código de Processo Civil
- Impactos e Desafios da Reforma do Processo Civil – A Prática Judiciária do Código de Processo Civil de 2013: Problemas E Controvérsias
- Impactos e Desafios da Reforma do Processo Civil – O Código de 2013 e o que mudou na Ação Declarativa
- Impactos e Desafios da Reforma do Processo Civil – O Código de 2013 e o que mudou na Ação Executiva
- Impactos e Desafios da Reforma do Processo Civil – o Código de Processo Civil de 2013: Aquisição de Factos, Proposição de Meios Probatórios e Avaliação da Prova em 1ª Instância

- Impactos e Desafios da Reforma do Processo Civil – o Código de Processo Civil de 2013: Aquisição de Factos, Proposição de Meios Probatórios e Avaliação da Prova em 2ª Instância
- O Arrendamento Urbano: entre a Prática e a Lei
- O Arrendamento Urbano. Questões Práticas e Controversas
- O Mandato – Questões Práticas e Jurisprudenciais
- O Novo Regime das Providências Cautelares
- O Processo de Inventário – Entre a Lei e a Prática
- Os Recursos no Processo Civil (Análise Prática)
- Os Recursos Excepcionais para o Supremo Tribunal de Justiça e para o Tribunal Constitucional

Direito Comercial

- A Ação de Indemnização no Direito da Concorrência
- Concorrência Desleal e Defesa da Concorrência
- Direitos de Propriedade Intelectual – Novos Desafios Socio-Económicos e Jurídicos
- Direito dos Seguros – Entre a Lei e a Prática
- Gestão de Empresas e Responsabilidade Civil de Administradores e Fiscalizadores
- Insolvência de Empresas e de Pessoas Singulares
- O Novo Regime Jurídico da Recuperação e Insolvência de Empresas e de Pessoas Singulares
- Questões Atuais da Regulação Económica e Fiscal das Cooperativas
- Questões Atuais do Direito Bancário: a Relação Bancária entre o Banco e o Cliente e a Nova Problemática da Resolução Bancária

Direito da Família e Sucessões

- A Justiça nas Relações Familiares e na Tutela das Crianças e Jovens
- A Rotura do Casamento, a União de Facto, a Regulação do Exercício das Relações Parentais e as Questões Patrimoniais
- Certificado Sucessório Europeu e Documentos Extrajudiciais Estrangeiros
- Crianças e Jovens em conflito com a Lei
- Promoção e Proteção de Crianças e Jovens

Direito da Nacionalidade

- A Nacionalidade na Aplicação da Lei
- Aquisição da Nacionalidade nos Termos do Artigo 6.º N.º 7 da Lei da Nacionalidade. Descendentes de Judeus Sefarditas Portugueses
- Direito da Nacionalidade. Conservação da Nacionalidade Portuguesa
- O Estabelecimento da Filiação e Seu Impacto em Sede de Atribuição e Aquisição da Nacionalidade
- Tramitação dos Procedimentos de Atribuição, Aquisição e Perda da Nacionalidade e Recursos. Questões Práticas

Direito do Desporto

- Direito Institucional do Desporto. Questões Práticas e Jurisprudenciais
- O Regime Jurídico das Federações Desportivas
- O Regime Jurídico do Empresário Desportivo em Portugal
- O Tribunal Arbitral do Desporto: Entre a Lei e a Prática

Direito do Trabalho

- Acidentes de Trabalho – As Inovações na Lei e na Prática
- Acidentes de Trabalho – Segurança, Proteção e Reparação
- Alterações ao Código do Trabalho – Leitura, Impactos e Práticas
- Constituição e Justiça Laboral
- Despedimento Laboral – o Quadro Legal e Social em 2013, as Inovações e a Prática Judiciária
- Lei da Greve, Serviços Mínimos e Contratação Coletiva
- Novas Problemáticas do Processo do Trabalho. Extinção do Posto de Trabalho, Contratação Coletiva e Jurisprudência Constitucional
- Novos Desafios do Direito do Trabalho
- Os Direitos de Personalidade no Trabalho. O Tempo de Trabalho

Direito Penal

- A Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade - Os Desafios do Novo Regime Legal
- A Gestão da Investigação Criminal num Tempo de Crise
- A Reforma do Código de Processo Penal: o que Mudou e as Principais Controvérsias
- Alterações às Leis Penais
- Garantias e Eficácia no Quadro da nova Reforma Penal
- Globalização, Direito e Justiça Criminal
- O Espaço de Justiça Europeu em Matéria Penal
- O Novo Regime Legal da Execução das Penas Privativas de Liberdade
- Os Desafios das Novas Criminalidades no Espaço Tecnológico
- Sistema Penitenciário: Entre a Segurança e a Reinserção

Direitos humanos

- Imigração, Integração e Direitos Humanos
- O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: Entre a Espada (Penal) e a Parede (Direitos Humanos)

Gestão dos tribunais e linguagem

- Avaliação e Gestão das Magistraturas: Novos Desafios
- Linguagem, Argumentação e Decisão Judiciária
- Organização e Gestão da Justiça
- Organização e Gestão dos Tribunais

Novas tecnologias e Direito

- Ciberespaço: Desafios ao Direito e à Justiça
- Direito, Justiça e Internet

Registos e notariado

- A Expropriação – Características Gerais e Efeitos Registrais
- A Habilitação e a Partilha – Questões Notariais e Registrais
- Constituição e Modificação da Propriedade Horizontal – Titulação e Registo. Questões Práticas
- Direito de Superfície e Servidões Prediais. Questões Notariais e Registrais
- Justificação Notarial e Processo de Justificação no Âmbito do Código do Registo Predial
- O Contrato de Compra e Venda. Questões Notariais e Registrais

- O Contrato de Doação – Titulação e Registo. Questões Práticas
- O Testamento – Questões Notariais e Registrais
- Procedimentos Simplificados. Os Balcões Únicos
- Questões de Direitos dos Registos: O Registo Predial e o Registo Comercial
- Questões Notariais e Registrais no Âmbito do Processo de Insolvência
- Simplificação Notarial e Registral. Questões práticas

Outros temas

- A Mediação e a Arbitragem como Meios de Resolução Alternativa de Litígios
- A Sociedade de Risco e a Reparação dos Danos
- Controlo da Constitucionalidade: o Político e o Jurídico
- Direito da Saúde, Biodireito e Bioética
- Regime de Licenciamento e Simplificação: Comércio, Serviços e Indústria

Formação a distância

Direito biomédico

- Consentimento Informado na Relação Clínica e no Direito
- Genética Forense e Justiça Criminal

Direito comercial

- Direitos de Propriedade Industrial – seu Valor e Defesa no Mercado
- Propriedade Industrial e Concorrência Desleal

Direito do desporto

- Direito do Desporto: entre o direito público e o direito privado

Direito penal

- Cibercrime e Prova Digital
- Ciclo Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira
- Corrupção: Cumprimento e Aplicação de Mecanismos de Prevenção, Investigação e Julgamento
- Instrumentos de Cooperação Policial e Judiciária Internacional em Matéria Penal
- Novas Delinquências – Ciclo Ciberespaço: Desafios à Justiça
- Novas Facetas de Segurança – Ciclo Ciberespaço: Desafios à Justiça
- Prerrogativa contra a Auto-Incriminação e Deveres de Colaboração
- Prova Digital

Direitos humanos

- Deficiência, Discapacidade e Direitos Humanos
- Direitos Humanos – Conceitos e Proteção Internacional
- Práticas dos Direitos Humanos: Legalização e Mobilização

Gestão dos tribunais, linguagem e ética

- Decisão Judiciária: Construção, Simplificação e Legitimação

- Ética, Transparência e Integridade no Judiciário
- Gestão dos Tribunais e Gestão Processual – Ciclo Tribunais, Governança e Gestão
- Gestão pela Qualidade Total e Desempenho Organizacional – Ciclo Tribunais, Governança e Gestão
- Governança do Sistema de Justiça – Ciclo Tribunais, Governança e Gestão
- Independência e Accountability dos Tribunais – Ciclo Tribunais, Governança e Gestão
- Teorias Manageriais no Campo da Justiça: Inovações e Limites – Ciclo Tribunais, Governança e Gestão

Proteção de dados

- Novos Desafios ao Direito e à Justiça: Informação Genética e Proteção de Dados
- Proteção de dados, proteção de direitos

Outros temas

- Arquitetura Judiciária. As relações entre os edifícios, o direito, a justiça e a administração da justiça
- Austeridade e os Direitos de Exceção
- Desafios Contemporâneos da Justiça: organizações, profissões e associativismo
- Direito em Sociedade, Transformação Social e Epistemologias do Sul - “Pode o direito ser emancipatório?”
- Prova nos Tribunais: velhos e novos problemas do processo civil, penal e outros procedimentos judiciais

Parceiros

A rede de parceiros, que conta com cerca de 20 instituições nacionais e internacionais, além de desempenhar uma importante função na facilitação da realização de ações de formação - quer disponibilizando espaços, quer divulgando nas suas plataformas a agenda de formação UNIFOJ - tem também contribuído com a sugestão de temas, indicação de formadores e partilha de saberes e de experiências. As parcerias podem concretizar-se para o

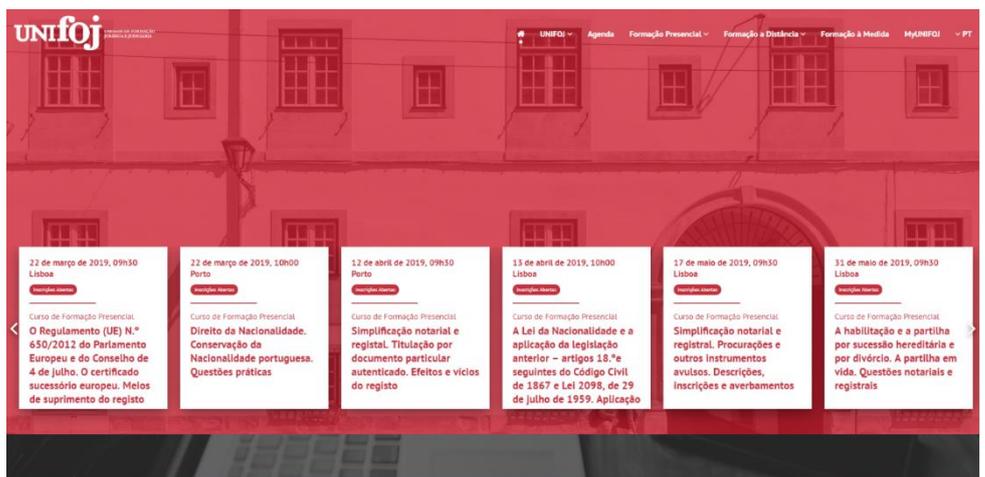
desenvolvimento de determinada ação de formação ou para a implementação do programa anual de formação. A UNIFOJ procura, ainda, estabelecer protocolos com entidades oficiais de carácter profissional para o reconhecimento de ações de formação, de modo a viabilizar a aquisição de créditos pelos profissionais que frequentem a formação, de acordo com as normas vigentes para a progressão na carreira.



Colégio da Graça / Rua da Sofia/ Coimbra



Colégio da Graça / Rua da Sofia/ Coimbra



Website UNIFOJ, <http://opj.ces.uc.pt/unifoj/>



Centro de Estudos Sociais (Sofia – UNIFOJ)

Colégio da Graça
Rua da Sofia n.º 136-138
3000-389 Coimbra, Portugal

Centro de Estudos Sociais (Alta)

Colégio de S. Jerónimo
Largo D. Dinis
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal

Centro de Estudos Sociais (Lisboa)

Picoas Plaza
Rua Viriato 13 - Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal

Tel.: +351 239 855 570 /80
Tel. (Lisboa): +351 216 012 848
Fax: +351 239 855 589

www.ces.uc.pt
<http://opj.ces.uc.pt/unifoj/>

unifoj@ces.uc.pt
opj@ces.uc.pt